SINDICALISMO NÓVO

OTÁVIO FARIA

Num momento histórico em que se presentia a emergência do operariado urbano, nasceu o sindicalismo no Brasil. Enquanto em outros países êle surgiu das bases operárias, aquí êle desceu do alto, sob o signo do paternalismo estatal. A sua sombra desenvolveu-se o peleguismo que esvaziou a massa operária de um autêntico impulso sindical, tornando-a prêsa fácil da infiltração comunista. A revolução abre novas perspectivas para um autêntico sindicalismo; êste, porém, só poderá aproveitar o seu prazo histórico se contar com a solidarização de tôdas as forças sindicais democráticas, com a compreensão da classe empresarial e com uma corajosa e lúcida revisão da legislação sindical. Tais são as idéias de um autêntico líder sindical, autor do presente artigo.

COMO NASCEU O SINDICALISMO BRASILEIRO

A PARTIR da revolução de 30, com a industrialização que se ia começar a firmar, era iminente a erupção das forças operárias no cenário nacional. Era então, também, que o comunismo começava a se organizar entre nós e tentava os seus primeiros ensaios de penetração no operariado urbano.

GETÚLIO VARGAS teve uma intuição nítida da situação e foi ao encontro dela, criando a lei sindical brasileira. Os países fascistas, que se apresentavam, na época, como os grandes baluartes contra o comunismo, lhe ofereciam

modelos sedutores. Nasceu assim o sindicalismo brasileiro sob o signo do paternalismo estatal onde se percebe com clareza a influência domesticada dos regimes de força. A intenção terá sido boa, mas deu ao sindicalismo brasileiro uma inautenticidade, que é o seu pecado original. É o sindicalismo brasileiro ainda não batizado.

Em todos os países desenvolvidos fora da órbita fascista ou comunista, o sindicalismo nasceu sempre como uma força viva das bases operárias, colocadas na dura contingência de se unirem para lutar contra um governo policial, muitas vezes instrumento de opressão do capitalismo, empolgado exclusivamente com a expansão dos negócios e com pouca ou nenhuma sensibilidade social. Não reconhecido, perseguido policialmente, coagido muitas vezes e durante quase um século à clandestinidade, o sindicalismo foi, naqueles países, uma das mais poderosas forças históricas do progresso social que agora desfrutam. Contribuiu para realizar a evolução social que MARX e ENGELS, ainda em meados do século passado, só criam possível através da revolução do proletariado.

No Brasil, as coisas ocorreram de modo diverso. Um operariado talvez ainda social e politicamente imaturo viu-se de repente arregimentado por uma lei sindical que vinha colocar nas mãos do governo um formidável dispositivo político. Não nos compete a nós julgar se GETÚLIO VARGAS, promulgando a legislação sindical, tinha em vista criar as bases populares de seu poder político. O que é certo é que a sua descendência política, JOÃO GOULART, ia tirar partido daquele dispositivo, desde sua entrada no Ministério do Trabalho até as últimas horas do seu governo.

O IMPÓSTO SINDICAL

A nova legislação criava o imposto sindical, que era constituído pela contribuição correspondente a um dia de trabalho mensal paga por todo trabalhador, fôsse sindicalizado ou não. O enorme acervo que era assim coletado ficava aplicado nas seguintes proporções: 54 % para o sindicato, 6 % para o Banco do Brasil, como comissão pelas operações bancárias, 15 % para a Federação estadual dos

sindicatos respectivos, 5 % para as Confederações e 20 % para o Fundo Geral Sindical administrado pela Comissão do Impôsto Sindical para obras assistenciais.

Começam a pulular sindicatos por tôda parte, e em tôdas as categorias profissionais, sem que, entretanto, cresça a consciência sindical na pupulação operária. Categorias profissionais com um número superior a 30.000 trabalhadores contribuindo para a impôsto sindical não tinham, por vêzes, 100 operários sindicalizados. Hoje mesmo, o índice de sindicalização em todo o Brasil não passa de 35 %.

A lei que estimulava, através de interêsses escusos, a criação de sindicatos, desestimulava a sindicalização. Não fazia apêlo a nenhuma contribuição espontânea do trabalhador, e êste verificou em breve que o sindicato, como órgão de reivindicação, podia funcionar sem a sua participação. Os sindicatos não viviam daquilo que fôsse dado conscientemente pelo trabalhador que se quisesse sindicalizar. Funcionavam com homens pagos por uma arrecadação compulsória de todos os operários.

A SOMBRA DO MINISTÉRIO NASCE O PELEGUISMO

Havia ainda mais. A lei, que não estimulava a sindicalização, propiciava, por outro lado, a influência de outros fatôres que iam positivamente afastar muitos operários do sindicato. Colocava as lideranças sindicais numa dependência praticamente total do govêrno, ou, mais exatamente, do Ministério do Trabalho.

Autoridades públicas não se envergonharam de utilizar o Fundo Sindical para corromper a liderança sindical, comprando votos, financiando congressos, para colocar nas cúpulas os seus elementos de confiança. A lei gerou o peleguismo, que proliferou depois em diversos matizes: O pelego amarelo, homem do govêrno, o pelego vermelho, atuando no sindicato na linha do partido, e o pelego azul, democrata inautêntico, em serviço camuflado dos sindicatos patronais.

O peleguismo foi a tara sindical que mais contribuiu para afastar do sindicato a grande massa de trabalhadores

autênticos, que, por outro lado, pela própria evolução da legislação trabalhista, viam realizadas muitas de suas reivindicações, sem a necessidade de seu engajamento numa ativa luta sindical.

O COMUNISMO ENTRA NO JOGO

O peleguismo amarelo, pode-se dizer, atingiu o máximo de sua expansão e de seu poder pelo ano de 1957. Os pelegos dominavam facilmente sindicatos constituídos por pequenas cúpulas que alienavam a grande massa trabalhadora. Por isto mesmo ia ser prêsã fácil para a infiltração comunista, que teve a seu favor uma constelação extremamente propícia de fatôres.

Em primeiro lugar, ia poder explorar uma situação social gravada de mazelas profundas e levantar assim, no meio sindical, a bandeira das reformas. Esta situação se caracterizava, em grandes linhas, por problemas humanos e sociais criados por uma industrialização a crescer sem a correspondente base agrícola, donde escassez de abastecimento e aumento impressionante do custo de vida exarcebado por uma inflação desenfreada; pela corrupção administrativa que encontrava na construção de Brasília um pasto abundante para as grandes negociatas; pelo baixo nível de consciência política das massas, expostas sem defesa a uma propaganda hábil e arrojada; por baixos níveis de educação de uma população analfabeta que era provocada a revelar os primeiros sinais de impaciência contra sua exclusão do processo político; pela insuficiência de habitações, que estimulava o aumento da favelização; pela carência dos serviços públicos, em especial no setor dos transportes, extenuando a paciência popular; pelo despertar do mundo rural consciente de sua condição desfavorecida no rateio global do desenvolvimento; enfim, pela exploração fácil junto às massas trabalhadoras da formidável corrupção do peleguismo oficial.

Em segundo lugar, o avanço do operariado rural e urbano decidido a forçar suas reivindicações esbarrava muitas vêzes com as resistências de uma mentalidade empresa-

rial ainda apegada a modelos capitalistas. Gerava-se assim a tensão que era facilmente configurada pela propaganda comunista em termos de luta de classes. Tornava-se fácil, daí, a esta propaganda, inculcar nas lideranças sindicais a consciência de que a missão histórica do sindicalismo brasileiro era precisamente a de constituir-se no agente desta luta. Assim, pouco a pouco a dinâmica social brasileira era canalizada por um esquema dialético, o que já representava o domínio da liderança comunista sobre o processo global, mesmo se não tivesse ainda a presidência efetiva de determinados setores.

Por último, o comunismo internacional, que já compreendera a importância decisiva da América Latina para uma manobra envolvente sobre o Ocidente, empenhava-se cada vez mais em trazer ajuda técnica e financeira a seus postos avançados no sindicalismo brasileiro. A vitória do comunismo em Cuba ia favorecer enormemente a consolidação das posições e a expansão das frentes de combate, como ficou largamente provado pelo material recolhido nos sindicatos pela revolução de 31 de março.

Era óbvio e taticamente decisivo para o assalto ao poder que o comunismo visasse preferencialmente os sindicatos, como fator de massificação, que lhe daria o controle de uma enorme potência adormecida no operariado brasileiro.

O QUE JANGO NÃO VIU

E de fato, os sindicatos foram caindo um a um nas mãos do comunismo, e a volta de JANGO ao poder em 1961 ia acelerar o ritmo desta conquista. Com efeito, logo nos primeiros meses de seu governo foi percebendo que não dispunha de forças de sustentação nas classes conservadoras, e que suas relações com as forças armadas tendiam a se deteriorar rapidamente. Vai então buscar apoio no sindicalismo, onde dispunha de profunda penetração, conquistada através de peleguismo corrupto, desde o tempo de sua passagem pelo Ministério do Trabalho.

Há, porém, um aspecto que JANGO parece não ter desde logo percebido e que é de extrema importância para

compreender o desenrolar dos acontecimentos: procurando apoio político no sindicalismo, não viu que o sindicalismo brasileiro não era mais o mesmo de seus tempos de Ministro do Trabalho. Não viu logo, ou viu tarde demais, quando já não tinha margem de manobrar para um recuo estratégico. O sindicalismo já não estava sob o controle absoluto dos pelegos, dos seus velhos pelegos. Grosso modo as forças se dividiam nas seguintes proporções: 50 % da força sindical sob influência comunista, 40 % sob influência peleguista e apenas 10 % sob influência de uma nova liderança mais autêntica, democrática e cristã. Assim, não encontrou um sindicalismo dócil às manipulações para obter seu apoio político; teve que entrar no terreno das negociações com os comunistas, que não estavam dispostos a fazer o jogo dele senão a um preço muito alto, muito mais alto, talvez, do que o próprio JANGO supunha. JANGO negociava com apoio político, mas os comunistas entraram no jogo com vistas no próprio poder, apoiando as reivindicações do Presidente da República na medida em que elas os aproximavam do objetivo visado.

A LUTA PELO PODER

A primeira barganha a que JANGO foi forçado foi a entrega da C. N. T. I. (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria), que até então era um poderoso feudo de pelegos. Foi obrigado a afastá-los dali, e aceitar que nele se instalassem elementos mais dóceis às manipulações comunistas. A partir desta base e dispendo de crescente poder de barganha, os comunistas puderam crescer no sindicalismo brasileiro, sempre ao preço, para eles vantajoso, de apoiar o governo nas reformas que abriam caminho para o domínio do partido e de colaborar nos movimentos e manifestações de massa que davam a JANGO a ilusão de estar alargando as suas bases populistas. Em breve puderam liderar mais de 70 % das forças sindicais. Já então três grandes confederações tinham caído em suas mãos: a CONTEC (Confederação Nacional dos Trabalhadores das

Empresas de Crédito), a CNTMFA (Confederação Nacional dos Trabalhadores Marítimos, Fluviais e Aéreos), as quais se associaria a CONTAG dos trabalhadores agrícolas. Não tinham ainda o controle total das cúpulas da CNTC, dos trabalhadores do comércio, nem da CNTTT, dos transportes terrestres; porém mesmo essas confederações já estavam profundamente minadas, e muitas de suas federações sob o poder comunista.

Embalados pelas próprias vitórias e respaldados com a cobertura do sindicalismo vermelho internacional, os comunistas tentaram em maio de 1963 dar o assalto final ao sindicalismo brasileiro, pela criação da Central Sindical. Com esta, poderiam facilmente asfixiar e eliminar do campo de luta quaisquer forças que tivessem a veleidade de lhes oferecer resistência. Foi talvez um primeiro erro de cálculo ou de cronometragem. Era ainda um pouco cedo para desfechar o golpe, que atingia problemas de legislação trabalhista, envolvia o Congresso e despertava mais a atenção da opinião pública, inclusive das forças trabalhadoras não comprometidas com o comunismo.

Enquanto este agiu dentro dos próprios arraiais sindicais, as conquistas não lhe foram difíceis, com a omissão ou com a conivência do governo. Quando pretendeu o controle total, numa manobra que não podia passar despercebida à opinião pública, o governo recebeu comprometer-se demais ou prematuramente. A Central Sindical não foi criada. Mas os comunistas souberam transformar essa derrota num elemento de barganha, que lhes permitia a ação no âmbito dos Estados da Federação. O obstáculo à criação da Central Sindical representou apenas um recuo da onda para investir de novo com mais força e mais altura. Partiram para uma política de pactos e formaram as PUAs, Pacto de Unidade de Ação, que eram verdadeiras centrais sindicais no âmbito estadual. Constituíram as CPOS (Comissões Permanentes de Organização Sindical) e daí puderam constituir o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), que através do controle das PUAs e das CPOSs representava, de fato, verdadeira Central Sindical.

A visão dêsse panorama permite compreender que as novas fôrças de um sindicalismo autêntico então emergente se encontravam numa situação extremamente difícil, com muito poucas possibilidades de ação, comprimidas entre o peleguismo renitente e manhoso, que não queria sair do campo, e o impulso cada vez mais violento dos comunistas.

Apesar de tôdas as dificuldades, começaram, nos últimos dois anos, a surgir novas fôrças de um sindicalismo autêntico. Mas estas sentiram logo que entravam na luta com vários anos de atraso, durante os quais os comunistas tinham podido importar e formar os seus líderes, lançá-los ao trabalho de nucleação nos sindicatos e passar a ação política. Já de longa data, cursos de formação e treinamento, de alto padrão técnico e dentro de uma disciplina rígida, no Brasil e no estrangeiro, tinham preparado os quadros do sindicalismo comunista. O nôvo sindicalismo percebeu logo que sua tarefa básica era começar de imediato um programa intensivo de formação sindical, aproveitando a colaboração de organizações nacionais e internacionais preocupadas com o mesmo problema.

Os Círculos Operários, movimento de orientação cristã, fundado há uns 30 anos, quando não existia praticamente nada em favor do operário brasileiro, começaram uma obra pioneira de formação e assistência sob a ação de seu fundador, um dos grandes apóstolos sociais brasileiro, o Padre LEOPOLDO BRENTANO S. J. Compreendendo a gravidade de nosso momento sindical, voltaram-se decididamente para o trabalho de formação de líderes sindicais, e já sob a direção do Padre PEDRO BELISÁRIO VELOSO S. J., e com a colaboração da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, fundaram a ELO, Escola de Líderes Operários. Esta primeira experiência teve resultados que cedo se fizeram sentir no campo sindical. Ali, pela primeira vez no Brasil, os líderes comunistas se defrontaram com líderes portadores de uma ideologia e de um programa de ação que, sem compromissos com o peleguismo, representavam a verdadeira autenticidade sindical.

O êxito da primeira experiência despertou o interêsse da ACO, Ação Católica Operária, e com o apoio de muitos bispos começaram a proliferar as ELOs, hoje em número de dez, em diversos Estados da Federação. Organizações internacionais vieram também trazer o seu apoio, em especial a CLASC, Confederação Latino-Americana de Sindicatos Cristãos. O sindicalismo livre americano procurou também colaborar, organizando seminários, através do ICT, Instituto de Cultura do Trabalho, restringindo-se, porém, exclusivamente a problemas de tecnicidade sindical e prescindindo dos aspectos ideológicos.

REVOLUÇÃO A VISTA

A penetração dos novos líderes no meio operário contava com um elemento a seu favor, era a corrupção que já a esta altura comprometia também a liderança comunista. Presidentes de sindicatos emprestavam a si próprios dinheiro do Fundo Sindical; as finanças de muitos sindicatos completamente estouradas, apesar de seus vultosos recursos: só o Sindicato dos Metalúrgicos já tinha 40 milhões de dívidas; manipulação de polpudas subvenções sem a menor escrituração ou fiscalização, como foi o caso do Convênio da SUPRA com a CONTAG, sem que se pudesse saber onde foram parar os 150 milhões.

Na PETROBRÁS e no Lóide o contrôle comunista chegava já a tal ponto que diretores e chefes de seções não eram aprovados ou empossados sem o seu beneplácito, independentemente dos interêsses das empresas e dos operários que nelas trabalhavam.

Quando as esquerdas pressentiram que se precipitava o momento em que já seria possível passar para a luta armada, começaram a distribuir dinheiro para aquisição de material bélico. Mesmo dêsse dinheiro muita coisa foi desviada e é êste um dos fatores que explica porque, no momento previsto, as milícias populares não puderam dar, a um dispositivo militar imperfeito, a cobertura indispensável para frustrar a revolução.

O sindicalismo autêntico não teve tempo de crescer, atraindo todos aquêles que como êle denunciavam a corrup-

ção e repudiavam a orientação política que empolgara as lideranças sindicais. Não teve tempo, porque a revolução veio e venceu.

AS NOVAS PERSPECTIVAS

Qual é hoje a situação que se configura no meio sindical?

Existe evidentemente um clima nôvo, um clima propício para a afirmação das forças sindicais democráticas. Mais numerosas e mais conscientes do que nunca, elas têm uma oportunidade única para marcar definitivamente os rumos do sindicalismo brasileiro.

Mas a sua vitória não é fácil. É preciso não perder de vista o seguinte fato: a revolução pôde pôr a mão sobre a liderança comunista da cúpula, que comandava a grande política sindical, mas não se deve ignorar que a infra-estrutura da liderança comunista nos sindicatos e sua liderança intelectual permanece quase toda intacta. Muitos de seus elementos receberam a tempo ordem para desaparecer, deixando ao alcance do comando revolucionário muitos jovens e idealistas que, na pureza mesma de seu idealismo, não viam razões para se esconder e cuja prisão serviria para lançar a antipatia contra a revolução.

As forças sindicais democráticas têm novas perspectivas, mas sua vitória dependerá do resultado de sua competição com a capacidade de rearticulação das bases comunistas e do peleguismo profissional.

Tôdas as esperanças se concentram numa mobilização de tôdas as forças democráticas empenhadas em dar autenticidade à revolução, sobre a base da seguinte premissa: é impossível uma democracia autêntica sem um autêntico sindicalismo.

O QUE SE ESPERA DO GOVERNO

Do governo se espera uma ação legislativa que venha corrigir as anomalias e adotar medidas estimulantes para acelerar a sindicalização de toda uma enorme população trabalhadora urbana e rural ainda perfeitamente intacta e

alienada até agora de um sindicalismo peleguista e comunista que não correspondia a seus anseios. Entre essas medidas, a primeira e fundamental é a extinção gradativa do impôsto sindical. Ele foi, como vimos, a causa principal de tôdas as deturpações do sindicalismo brasileiro. Nenhum líder operário autêntico nega esta verdade. Qualquer legislação tendente a renovar o nosso sindicalismo que não atinja a questão do impôsto sindical será ineficaz; não poderá impedir que as mesmas distorsões reapareçam. Entretanto, não nos parece possível cortar de golpe o impôsto sindical, porque isto seria pura e simplesmente a morte de muitos sindicatos. Mas é imperiosa a extinção gradativa por uma lei que, ao mesmo tempo, estimule a cotização daqueles que se sindicalizaram.

Uma segunda medida legislativa que se espera do govêrno seria garantir a autonomia do sindicato com relação ao Ministério do Trabalho, o que, em parte, aliás, já se alcançaria mediante a extinção do Fundo Sindical. Sem esta autonomia, é impossível chegar a uma verdadeira representatividade sindical, como sem ela o peleguismo de tôdas as côres teria tôdas as chances de ressurgir tão forte e tão corrupto como antes.

Essas duas medidas do govêrno seriam mais saneadoras. Outras as devem acompanhar de caráter mais construtivo. Entre essas nos referimos em especial às seguintes:

1. **Revisão do Código do Trabalho, que não deve ser uma compilação inteligente de coisas excelentes de outros códigos, mas inadaptados, no seu conjunto, à realidade brasileira.** Nêle, a regulamentação do direito de greve, que já foi uma conquista parcial, enquanto conquista de um direito reconhecido, pode certamente ser aprimorada, de vez que contém ainda muitos dispositivos, como, por exemplo, os relativos aos prazos estipulados, que tornam quase impossível a decretação de uma greve.

2. **Dar à Previdência Social mais objetividade.** Não interessa aos operários que ela prometa benefícios de tôda ordem. Ela pode oferecer poucas vantagens, mas o importante é que funcione; o importante é que as vantagens ga-

rantidas sejam de fato acessíveis a todos, no momento oportuno.

3. Os Institutos não podem mais voltar a ser redutos de empreguismo, fundos políticos para as grandes barganhas eleitorais, devorando internamente em sua própria burocracia altíssimas percentagens dos recursos que são frutos do trabalho da empresa, de empregados e empregadores, e que a eles são por direito destinados.

4. Enfim, é indispensável que a legislação estimule os contratos coletivos de trabalho, mas no nível das empresas, e não ao nível dos sindicatos de patrões e operários. É muito difícil que neste nível alto todos concordem quanto a uma reivindicação, e enquanto não concordam, aquelas empresas que estariam dispostas a aceitá-la ficam impedidas de fazê-lo. Isto não aconteceria se os contratos coletivos fossem decididos ao nível da própria empresa.

O QUE SE ESPERA DAS CLASSES EMPRESARIAIS

Mas a verdade é que nem tudo depende do governo. Muito se espera das classes empresariais, sobre as quais, nesse momento histórico do nosso sindicalismo, pesa enorme responsabilidade.

Grande número de chefes e diretores de empresa estão completamente desatualizados com relação ao sindicalismo. Para eles o sindicato não é mais que um instrumento de extorsão nas mãos de pelegos e comunistas. O que foi um episódio funesto em nossa história sindical, eles identificam como sendo a própria essência do sindicalismo. E quantos chefes de empresa não foram, em parte, responsáveis por este episódio, aceitando de pelegos e comunistas barganhas covardes, comprando-lhes a dinheiro uma aparente paz em suas empresas? Muitos deles não vêem que sua atitude contra o sindicato contribui precisamente para aquilo que eles julgam ser o objetivo mesmo do sindicalismo: a luta de classes. É que eles não descobriram ainda a grande arma de paz social que é o sindicato autêntico. Eles precisam saber que os operários, a grande massa dos operários, têm bom senso, não desejam lutas contínuas nem violências, também.

amam a vida, a vida de cada dia, com seus muitos sacrifícios e com as suas humildes alegrias humanas. Mas êles, os trabalhadores, também não são cegos. Êles vêem que existe muita injustiça, muita iniquidade, muito luxo provocador, muito desperdício em requinte e leviandades, enquanto êles levam a cabo sua rude tarefa. E o que lhes ocorre, em primeiro lugar, é entrar em entendimento, é falar, que muita coisa se resolve, sem maiores desgastes, numa conversa sincera. O sindicato é a institucionalização dessa conversa, dêsse diálogo. Longe de criar dificuldades ao sindicato, o chefe de empresa esclarecido deveria urgir de todos os modos a sindicalização de seus operários.

A vitória das forças democráticas e cristãs no nôvo sindicalismo brasileiro dependerá, enfim, da capacidade de união de tôdas as forças cristãs e democráticas, que permita enfrentar com êxito o peleguismo e o comunismo. Êstes esperam apenas o passar da onda para embarcar de nôvo. Êles já estão habituados aos revezes. Êles sabem perder batalhas, para ganhar a guerra.

O NOVO SINDICALISMO SABE O QUE QUER

O nôvo sindicalismo autêntico, porém, não se apresenta despreparado para a luta. Êle também tem um plano, intensivo e extensivo, de formação de liderança e de coordenação ulterior dos líderes formados. É um plano preciso, estudado em todos os seus detalhes, cujo resultado dependerá do apoio que vier a receber de tôdas as outras forças, principalmente empresariais e estudantis. Sindicalistas de autêntica formação democrática já ocupam hoje posições de comando em confederações e em dezenas de federações e sindicatos. Chegou a hora decisiva para garantir-lhes a possibilidade de realizar a total reformulação do sindicalismo brasileiro.

O SINDICALISMO RURAL

Neste esforço global não pode ser omitido o sindicalismo rural, sôbre o qual pesa hoje no Brasil enorme carga de suspeita. É indispensável uma reflexão serena sôbre o problema. Não há dúvida de que o sindicalismo rural tinha sido fortemente penetrado pelos comunistas, graças à con-

vência do governo, que lhes entregou a CONTAG, e por ação direta de seus líderes nas Ligas Camponesas e na ULTAB (União dos Lavradores e dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil).

Mesmo líderes cristãos, que vinham de meios urbanos trabalhar na sindicalização rural, prestaram-se consciente ou inconscientemente a fazer o jôgo dos comunistas. Nada disto, entretanto, pode fazer esquecer algumas verdades sôbre o sindicalismo rural.

Em primeiro lugar, o sindicalismo foi sempre, em todos os setores, uma grande fôrça promotora de progresso social e da melhoria das condições das classes trabalhadoras. É historicamente certo que sem o sindicalismo os países do Ocidente ou estariam infinitamente atrasados em direito social e trabalhista, ou já teriam sido sacudidos pela revolução violenta que os projetaria na órbita comunista. Foi o sindicalismo que tenazmente conseguiu reivindicar tudo aquilo que o comunismo ortodoxo julgara sômente ser possível realizar pela revolução proletária. Graças ao sindicalismo é que, hoje em dia, a condição das classes trabalhadoras nos países ocidentais desenvolvidos é incomparavelmente superior à de seus irmãos dos países comunistas. E o que foi válido para o meio urbano é válido para o meio rural. Só os trabalhadores rurais serão os promotores de seu progresso e de sua integração na vida de uma nação. Dispersos, porém, nada podem; unidos poderão muito. Na *Mater et Magistra*, JOÃO XXIII, que era agricultor, não deixa dúvidas a respeito.

Em segundo lugar, os erros ou desvios passados não podem fazer esquecer a missão fundamental do sindicalismo rural brasileiro. É êle chamado a colaborar, com outras fôrças vivas da nação, para dar condições sociais a mais de 50% da população brasileira. São bem uns 40 milhões de brasileiros, homens do campo, que esperam, com justa impaciência, muitos dêles capazes de ir ao sacrifício e à violência, tenha chegado a hora de participar decididamente da vida nacional, que esperam tenha chegado a sua hora. Só o sindicalismo rural autêntico pode fazer que esta imensa expectativa não seja frustrada.

A seguir, é preciso não perder de vista que o sindicalismo rural é chamado a ser a grande força sindical no Brasil. A população rural supera de longe, pelo número de seus efetivos, qualquer outra categoria profissional. A Igreja e os comunistas tinham compreendido isto e lutavam, com armas desiguais, para conquistar esse decisivo setor sindical. Pode-se dizer sem medo de errar que o sindicalismo rural cristão representou o próprio surgimento das forças cristãs na área sindical. Ainda hoje, uns 90% dos sindicatos rurais são de inspiração cristã, coordenados pelos Círculos Operários e por juntas agrárias, com apoio e colaboração de padres e bispos. Não é possível que um trabalho de mais de dois anos de dedicação e idealismo seja perdido por uma generalização leviana, ou pela pressão de interesses escusos, empenhados em confundir sindicalismo rural com comunismo. É preciso que se diga e se dê a essas palavras o sentido de uma advertência: só uma ação positiva, visando a uma autêntica sindicalização rural, pode preservar o meio agrícola brasileiro de sua cubanização.

CONCLUSÃO

Toda tarefa social tem um momento e um prazo histórico. Chegou o momento de realizar um sindicalismo novo, num Brasil novo. O prazo será de alguns anos apenas, perdidos os quais a recuperação já não será possível. Os novos líderes sindicais brasileiros esperam, com confiança, que o Brasil os haverá de compreender.

E M A Q — ENGENHARIA E MAQUINAS S.A.

ESTALEIROS DE CONSTRUÇÃO NAVAL
ATERROS HIDRAULICOS — DRAGAGEM

Sede: RUA VISCONDE DE INHAUMA, 134 - 19.º
TEL. 43-9696

Estaleiros: SACO DA ROSA — ILHA DO GOVERNADOR
ESTADO DA GUANABARA